



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

CONGRESSO DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

15 DE SETEMBRO DE 2016, FÓRUM LISBOA

Senhor Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de
Contas,

Senhor Presidente da Comissão do Mercado de Valores
Mobiliários,

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,

Minhas senhoras e meus senhores,

Quero, antes de mais, agradecer à Ordem dos Revisores
Oficiais de Contas o convite que me dirigiu para estar



presente neste XII Congresso e dirigir-vos estas breves palavras.

Aproveito esta oportunidade para expressar o meu reconhecimento sobre a importância dos Revisores Oficiais de Contas nos dias de hoje e o meu agradecimento pelo papel desempenhado na significativa melhoria da prestação de contas em Portugal.

Os desafios, as exigências e a complexidade com que os Revisores Oficiais de Contas se deparam são cada vez maiores. Certamente já não nos recordamos da época em que a expressão *crise económica* não era pilar de qualquer análise, de qualquer consequência, não estava na ordem do dia. Hoje temos de reconhecer que, ao longo das últimas décadas, ocorreram problemas nos mercados financeiros, alguns relacionados com a prestação de contas das sociedades auditadas, e que, por causa desses acontecimentos, assistimos à transferência de uma parte significativa do risco, dos ónus e das responsabilidades,



que recaiam designadamente sobre os órgãos de gestão, para os revisores oficiais de contas.

Esta transferência de responsabilidades pode levar a que alguns dos stake holders descurem indesejavelmente o cumprimento das suas funções e dos seus deveres legais, e nem sempre o fazem de modo consciente.

Mas, reflete também o reconhecimento público dos decisores políticos sobre a ética e o rigor profissional dos revisores oficiais de contas. Esta realidade determinou que a certificação das contas fosse, como é hoje, cada vez mais importante em todos os contextos.

Por isso, o vosso trabalho diário é da maior importância. É também através dele que se assegura a necessária confiança nos mercados, desde a pequena empresa aos grandes grupos societários.

E esta confiança é hoje essencial para todos: para os acionistas, para os órgãos de gestão e administração, para



os investidores, para os clientes, para os próprios trabalhadores; em suma, para o mercado e para a sociedade no seu todo.

Precisamos de revisores oficiais de contas profissionais, rigorosos e credíveis. Estou certo que estou perante profissionais com estas características. Mas faço esta referência porque os revisores oficiais de contas são condição fundamental para termos contas transparentes, para termos empresas mais sólidas e para termos uma economia em crescimento.

Estas características, sobretudo de exigência, decorrem também do quadro legal. Isto é, o próprio contexto normativo determinou essa exigência, elevando os seus requisitos. Um dos sinais do aumento dessa exigência é, por exemplo, a sujeição dos revisores oficiais de contas a um duplo controlo de qualidade, interno e externo.



A propósito do quadro legal vigente, é incontornável fazer referência à transposição da Reforma Europeia de Auditoria. Esta reforma pretendia lançar as bases para um mercado único para a auditoria de empresas europeias.

Tinha como objetivo a definição pormenorizada de regras com vista a assegurar a qualidade das auditorias às Entidades de Interesse Público (EIP), passando, designadamente, por exigentes requisitos relativamente aos auditores, pelo estabelecimento das joint audit [relatório de auditoria subscrito por 2 auditores] e pelo regime de obrigatoriedade de rotação dos auditores.

Passava pelo reforço da governação, da competência dos auditores e da qualidade da auditoria, bem como pelo aumento da independência das principais partes interessadas envolvidas no processo de auditoria.

Julgo que não estarei muito longe da verdade se disser que a nova regulamentação europeia veio trazer



mudanças significativas à atividade de auditoria, e nem todas serão consensuais ou, sequer, desejáveis.

Por isso, tenho presente que esta é uma preocupação premente dos revisores oficiais de contas e da própria Ordem.

Assim, para finalizar, quero transmitir-vos que o Governo está atento a esta questão, para que se possa ponderar e avaliar o quadro legal resultante da recente regulamentação europeia, e está empenhado em aperfeiçoar e corrigir os aspetos pontuais que se mostrem necessários.

Muito obrigado.